

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR CODEFAT

ATA DA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

Data: 11 de julho de 2007

Local: Sala de Reuniões do 4º andar, sala 433, bloco F, Esplanada dos Ministérios.

Participantes: Ezequiel Sousa do Nascimento, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Luís Fernando de Souza Emediato, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Rodolfo Peres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Helmut Schwarzer, Conselheiro Titular Representante do MPS; Régis Norberto da Cunha Alimandro, Conselheiro Suplente Representante do MAPA; Flávio de Queiroz Salek, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Francisco Braga de Souza, Conselheiro Titular Representante da SDS; Lourival Novaes Dantas, Conselheiro Titular Representante da CNI; Alencar Naul Rossi, Conselheiro Titular Representante da CNF; Rodolfo Tavares, Conselheiro Titular Representante da CNA; Roberto Nogueira Ferreira, Conselheiro Suplente Representante do CNC. **CONVIDADOS:** Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego; Marta Suplicy, Ministra do Turismo e Eliana Pedrosa, Presidente do FONSET.

1 Aos onze dias do mês de julho de dois mil e sete, no Edifício Sede do Ministério do Trabalho e
2 Emprego, teve início a Nonagésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do
3 Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, sob a Presidência do Conselheiro Representante
4 Titular do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Sr. Ezequiel Sousa do Nascimento,
5 registrando-se a ausência do Conselheiro Titular Representante da CGT, Sr. Francisco Canindé
6 Pegado do Nascimento, por problemas de saúde. **ABERTURA:** O Ministro do Trabalho e
7 Emprego, Exmo. Sr. Carlos Lupi, saudou a todos e destacou a honra da presença da Ministra do
8 Turismo, Exma. Sr^a. Marta Suplicy, que aceitou o convite do Presidente do CODEFAT para
9 comparecer a presente Reunião. Esclareceu que a Ministra havia solicitado que fosse criado um
10 mecanismo para atender ao setor do turismo e solicitou a todos os Conselheiros que
11 concedessem a palavra a Ministra em primeiro lugar. A Ministra Marta Suplicy agradeceu o
12 convite feito pelo Presidente do CODEFAT e antes de explanar sobre os pleitos que faria, falou
13 sobre a mudança de hábitos do consumo dos brasileiros. Mencionou que nas pesquisas que
14 fizeram, puderam perceber que os juros não permitiam aos turistas menos favorecidos a
15 possibilidade do turismo, e que, após negociação com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica
16 Federal, chegaram ao valor dos juros abaixo de 1%, mas tendo em vista o prazo de
17 financiamento e os valores dos pacotes, precisavam de taxas mais baixas ainda, o que justificou a

18 solicitação da concessão de cinquenta milhões de recursos do FAT para os pacotes turísticos.
19 Enfatizou que esses pacotes seriam destinados primeiramente aos aposentados, por terem
20 disponibilidade para viajar na sazonalidade baixa, período em que os pontos turísticos acabavam
21 por demitir funcionários, em função da baixa demanda. Quanto ao segundo pleito, informou que
22 seria a inclusão do setor do turismo como beneficiário da linha de crédito especial do Giro
23 Setorial. Ressaltou que o setor de turismo vinha sendo afetado pelo câmbio e que não possuíam
24 medidas preventivas quanto a isso. Concluindo, a Ministra Marta Suplicy agradeceu a atenção,
25 solicitando que os Conselheiros fossem sensíveis as demandas apresentadas e pediu licença para
26 retirar-se, tendo em vista demais compromissos para cumprir. O Ministro Carlos Lupi declarou
27 empenho total na aprovação dos pedidos e fez a apresentação de todos os membros do Conselho
28 presentes, destacando que a CUT justificou a ausência e que aguardavam ainda a presença dos
29 representantes da Previdência Social e do Ministério da Agricultura. Na seqüência, o Presidente
30 do CODEFAT solicitou aos Conselheiros um minuto de silêncio em memória do Dr. Antônio
31 Ernesto de Salvo, Presidente da CNA que havia falecido recentemente. O Representante Titular
32 do CNA, Sr. Rodolfo Tavares, declarou-se de luto, lembrando as qualidades do Dr. Antônio
33 Ernesto de Salvo. Mencionou fato ocorrido entre uma usina de cana-de-açúcar e auditores,
34 solicitando uma ação mais compreensiva por parte da fiscalização do trabalho no momento de
35 classificar alguma relação trabalhista rural como sendo trabalho escravo ou degradante,
36 acrescentando que o Brasil não considerava e nem respeitava as especificidades da relação do
37 trabalho na área rural. Informou que, de acordo com o estatuto, assumiu a presidência da CNA o
38 primeiro Vice-Presidente, Sr. Fábio Meirelles, que terá o mandato até o final do ano de dois mil
39 e oito. O Ministro demonstrou sua solidariedade à CNA, quanto ao falecimento do Presidente e
40 solicitou ao Conselheiro que enviasse um documento por escrito, formalizando a situação
41 descrita na usina a fim de que fossem tomadas providências para coibir abusos, caso houvesse,
42 por parte da fiscalização do trabalho, informando que brevemente estaria sendo colocada no site
43 do Ministério uma discussão ampla para toda a sociedade, sobre normas que regulamentarão o
44 funcionamento e o comportamento dos auditores fiscais. Declarou que na OIT percebeu
45 interesses contra o Brasil na área do Etanol, pois já vislumbravam o potencial do Brasil quanto à
46 energia do futuro, mas que a intenção era sempre resguardar o direito do trabalhador. Após,
47 colocou-se a disposição para qualquer questionamento. O Conselheiro da CNA informou que a
48 CNA não compareceu as reuniões da OIT, em Genebra, nos últimos cinco anos, período em que
49 presidia a Comissão de Relações do Trabalho, como forma de protesto pelo fato da OIT não
50 colar cartazes contra o trabalho escravo também nos aeroportos de Nova Iorque e da Califórnia,
51 locais que possuíam trabalhos degradantes. Em seguida, se colocou à disposição do Ministro
52 para maiores explicações. O Ministro Carlos Lupi pediu licença para se ausentar. O Presidente

53 do CODEFAT solicitou a todos os Conselheiros que assinassem o documento manifestando
54 condolências pelo falecimento do Presidente da CNA, que seria entregue posteriormente ao
55 Conselheiro da CNA. Agradeceu a presença do Secretário Executivo do Ministério do Trabalho
56 e Emprego, Sr. Ronaldo Lessa, do Professor Paul Singer, da Secretaria Nacional de Economia
57 Solidária e do Secretário Sérgio Vidigal, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE,
58 concedendo-lhes a palavra. O Secretário Executivo do MTE mostrou-se solidário com a CNA
59 pelo falecimento do Presidente e lembrou que a sua intenção era fornecer as melhores condições
60 de trabalho e atendimento a todo o Ministério. Agradeceu a atenção e se colocou à disposição de
61 todos. O Presidente do CODEFAT desejou boas vindas ao novo Conselheiro, Régis Norberto da
62 Cunha Alimandro, do MAPA e registrou também a presença da Secretária Eliana Pedrosa,
63 Presidente do FONSET. Em seguida, deu início à Pauta, passando para as apresentações e
64 solicitou que os expositores respeitassem o limite de dez minutos para cada apresentação. **II –**
65 **APRESENTAÇÃO. ITEM 1 - Apresentação pelo BASA, tema: Execução dos Programas**
66 **do FAT.** O Coordenador da Gerência de Redes de Agências do BASA, Sr. Inálio Vieira Cruz
67 explicou que em dois mil e quatro e dois mil e cinco tiveram uma aplicação em torno de oito
68 milhões, em dois mil e seis aplicação no PROGER Urbano, excluindo aplicação no PROGER
69 Rural e que em dois mil e sete tiveram até o momento dois milhões e cem mil aplicados.
70 Contextualizou a história do Banco nos últimos quatro anos e explicou o Projeto Estratégico,
71 cuja missão seria criar soluções para a Amazônia atingir patamares inéditos de desenvolvimento
72 sustentável a partir do empreendedorismo consciente. Destacou algumas ações do Banco, que
73 evoluíram de cento e um pontos de atendimento para duzentos e dois, criando coordenadorias de
74 acompanhamento e recuperação de crédito e lançando no ano de 2005/2006 o Prêmio Banco
75 Amazônia de Turismo Consciente, buscando idéias pautadas no desenvolvimento sustentável
76 para a região. Ressaltou que o Banco tinha parceria com o MDA para financiamento da
77 assistência técnica da região, entre outras ações, Concluiu, reforçando que a proposta do Banco
78 era sempre trabalhar, integração, cooperação e com responsabilidade. O Conselheiro Titular
79 Representante da CNI, Sr. Lourival Dantas, demonstrou-se feliz com a apresentação do BASA,
80 ressaltando que quando estava na presidência do CODEFAT, de 2003 a 2005, não obteve êxito
81 em ter contato com a presidência do BASA, uma vez que o Banco insistia em trabalhar com
82 recursos dos fundos constitucionais e com recursos próprios. O Conselheiro Titular
83 Representante da SDS, Sr. Francisco Braga de Sousa, parabenizando a apresentação do BASA,
84 observou a dificuldade existente de o Banco trabalhar com os recursos do FAT, por serem os
85 custos mais elevados do que os recursos do FNO, contudo, ressaltou que a demanda existe,
86 cabendo ao Banco identificá-la e levá-la ao Conselho. A Sr.^a Elizabeth Carvalho, do BASA,
87 esclareceu que os recursos constitucionais eram mais baratos, mesmo com a redução do TJLP. O

88 Vice-Presidente e Conselheiro Titular Representante da Força Sindical, Luís Fernando de Sousa
89 Emediato, indagou o motivo de cessarem as aplicações do PROGER-Rural e indagou se o Banco
90 possuía algum sistema de monitoramento a fim de saber dados quanto à geração de empregos. O
91 Coordenador da Gerência de Redes de Agências do BASA respondeu que o motivo de cessarem
92 as aplicações no PROGER-Rural foi o fato do programa não ter sido contemplado pela PDE e
93 esclareceu que a aplicação no setor rural era basicamente na linha do PRONAF, daí a grande
94 pulverização, enquanto que no PROGER Urbano o atendimento era para micro e pequenas
95 empresas. Informou que o Banco possuía uma ferramenta chamada Amazon 5, que permitia
96 fazer o acompanhamento dos empregos gerados. O Vice-Presidente do CODEFAT solicitou que
97 em uma próxima apresentação relatassem o número de empregos gerados a partir dos recursos
98 do FAT. Em seguida o Presidente do CODEFAT passou a palavra ao Representante da FINEP,
99 para a apresentação do **ITEM 2. Apresentação pela FINEP, temas: 2.1 - Execução dos**
100 **programas do FAT; e, 2.2 - Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica.** O Diretor de
101 Administração e Finanças da FINEP Sr. Fernando de Nielander Ribeiro, distribuiu aos
102 Conselheiros um livro intitulado “Brasil Inovador” e apresentou a FINEP como uma empresa
103 pública de fomento Federal cuja missão era o financiamento da pesquisa científica e da inovação
104 tecnológica. Destacou o papel da FINEP na condução da política de desenvolvimento e justificou
105 a importância da alocação de recursos do FAT na questão da inovação, pois declarou que
106 considerava o Brasil com um excelente espaço geográfico, com poder de consumo, boa base
107 científica e ótimas universidades. Expôs os números da FINEP em relação ao recurso do FAT e
108 constatou que nos últimos seis anos, houve uma evolução de volume de recurso desembolsado,
109 amparado pelas captações, com aporte dos depósitos do FAT. Concluiu, destacando que
110 investimentos em pesquisas, desenvolvimento e inovação propiciariam também o
111 desenvolvimento do país. Sobre o Prêmio de Inovação Tecnológica, observou que premiou
112 empresas com melhores produtos, melhores processos e as mais inovadoras. Destacou a
113 categoria especial chamada “Inovação Social”, destinadas às organizações ou instituições de
114 pesquisa que contribuíram para o desenvolvimento social com algum tipo de inovação específica
115 nessa área, e a categoria “Inventor Inovador” que era o reconhecimento a alguma figura nacional
116 que tivesse contribuído para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacional. O Presidente
117 do CODEFAT questionou como seria a questão de incentivo à qualificação da mão-de-obra, ao
118 que o Diretor da FINEP respondeu que eram projetos com recursos de crédito do FAT, que
119 demonstravam de maneira efetiva e incorporavam mestres e doutores no plantel de
120 trabalhadores, recebendo desconto na taxa de juros, ou ainda a possibilidade de subsidiar
121 parcialmente o salário dos mestres e doutores incorporados na empresa para atividade de
122 inovação. O Conselheiro Suplente Representante da CNC, Sr. Roberto Nogueira Ferreira,

123 destacou que todo projeto que resultasse em inovação tecnológica deveria ser apoiado pelo FAT
124 e ressaltou que a inovação gerava mais que crescimento, gerava também desenvolvimento.
125 Quanto ao livro da FINEP “Brasil Inovador”, criticou a emenda feita para mencionar que era um
126 projeto financiado com recursos do FAT, ressaltando que deveria ser dado o devido destaque e
127 reconhecimento ao Fundo. O Vice-Presidente do CODEFAT reforçou que a marca do FAT
128 deveria aparecer na mesma proporção das demais logomarcas e que um modo de resolver essa
129 questão seria com uma punição. O Conselheiro Suplente Representante do BNDES, Sr. Flávio
130 Salek, esclareceu que existia uma norma do Governo Federal que determinava a fórmula com
131 que deveriam ser fixadas as placas nos empreendimentos apoiados por recursos públicos e que o
132 BNDES tinha em sua placa padrão o logotipo do FAT sempre presente. O Presidente agradeceu
133 ao Diretor da FINEP e convidou aos representantes da UNITRABALHO para fazerem sua
134 apresentação. **ITEM 3. Apresentação pela UNITRABALHO, tema: Consolidação da**
135 **Avaliação Externa do PNQ 2003-2006.** O Presidente da Rede UNITRABALHO, Professor
136 Arquimedes Diógenes Ciloni, demonstrou sua satisfação em participar da reunião do CODEFAT
137 e destacou que na cartilha da UNITRABALHO estava destacada a logomarca do FAT. Informou
138 que a Rede UNITRABALHO congregava noventa e duas instituições universitárias por todo o
139 País e que estava comparecendo a presente reunião para prestar contas da utilização dos recursos
140 do FAT. Ressaltou que um dos melhores resultados para apresentar dizia respeito ao Programa
141 Nacional de Qualificação e em seguida, apresentando a Professora Ana Maria Saul da PUC de
142 São Paulo, também à disposição para eventuais esclarecimentos, passou a palavra ao Diretor
143 Executivo, Professor Francisco José Carvalho Mazzeu. Este explicou sobre o convênio da
144 UNITRABALHO com o Ministério do Trabalho e Emprego. Declarou que os recursos
145 destinados à avaliação tinham sido relativamente constantes ao longo dos anos, perfazendo um
146 total de onze milhões no período de quatro anos. Explicou que as características principais dessa
147 avaliação estavam elencadas na Resolução CODEFAT nº 333/2003 e que nos últimos anos esse
148 trabalho de avaliação focou na qualidade pedagógica e social dos cursos. Declarou que apoiavam
149 o Ministério na constituição do sistema de planejamento, monitoramento e avaliação, a fim de
150 que os resultados da avaliação servissem de subsídio para o replanejamento das ações do
151 aprimoramento constante do PNQ e acrescentou que essa avaliação era externa e independente
152 dos gestores e executores. Informou também que nos últimos quatro anos, aplicaram *in loco*,
153 mais de vinte e dois mil questionários da Educando, nos quais constataram que públicos, como
154 afro-descendentes, mulheres, pessoas de risco social tinham sido atendidas em proporção maior
155 que sua presença na população e que de modo geral, os educandos estavam satisfeitos com os
156 cursos, a qualidade e o trabalho das entidades executoras. A avaliação também identificou a
157 situação dos trabalhadores antes e após a realização do curso, constatando que sete por cento dos

158 trabalhadores conseguiram o primeiro emprego após o curso e onze por cento voltaram ao
159 mercado de trabalho. O Professor Francisco José Carvalho Mazzeu aproveitou a ocasião para
160 apresentar ao grupo o resultado da análise do dossiê do Ministério Público, sobre denúncia de
161 uso indevido dos recursos por parte da UNITRABALHO, o qual concluía, de forma definitiva e
162 clara, que as acusações não precediam. Concluiu, ressaltando que o trabalho da
163 UNITRABALHO estava totalmente à disposição do Conselho e, que a qualquer momento que
164 entendessem necessário aprofundar a questão da avaliação do PNQ ou mesmo com relação a
165 outras ações e a natureza da forma do trabalho seria um prazer, por entender que o CODEFAT
166 era o foro legítimo para colocar qualquer questão em relação às instituições. A Professora Ana
167 Maria Saul, sobre o exemplar distribuído, esclareceu ser a síntese condensada de alguns dos
168 resultados dessa avaliação, nos quatro anos, mas, que durante esse processo já haviam sido
169 produzidos três livros que estavam em poder do MEC e sendo distribuído pelo Brasil nos
170 seminários que estavam realizando. Complementou, informando que traziam, no detalhe, os
171 resultados em relação ao processo de avaliação com relação às proposições, sugestões para as
172 executoras na ponta, trabalhando efetivamente com o público alvo do PNQ e sugestões e
173 propostas em relação ao próprio Departamento de Qualificação do MTE para o aperfeiçoamento
174 dessa política pública. O Conselheiro da CNI parabenizando pela apresentação e pelo trabalho
175 desenvolvido pela UNITRABALHO, indagou o motivo do Distrito Federal não ter sido
176 contemplado, ao que o Professor Mazzeu respondeu que a exclusão de algumas localidades foi
177 devido à pequena quantidade de ações de qualificação profissional em execução no Estado. A
178 Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Trabalho - FONSET, Sr^a. Eliana Pedrosa,
179 perguntou como os secretários estaduais poderiam acessar os resultados de seus estados e
180 solicitou a informação de qual o número de ações de qualificação profissional a
181 UNITRABALHO considerava ideal para realizar a pesquisa. O Presidente do CODEFAT
182 respondeu que os resultados estariam disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego.
183 O Conselheiro do SDS, sobre a interpretação de que sete por cento conseguiram seu primeiro
184 trabalho e que onze por cento saíram da situação de desemprego, questionou qual a diferença
185 entre o primeiro e o segundo item. O Professor Mazzeu esclareceu que os sete por cento são os
186 que nunca haviam trabalhado antes do curso e os onze por cento são os que estavam na condição
187 de desempregados e que após o curso, voltaram ao mercado de trabalho. O Vice-Presidente do
188 CODEFAT demonstrou seu contentamento em ver que havia um documento do Ministério
189 Público afirmando que não havia desvio de recursos pela UNITRABALHO. O Professor
190 Arquimedes Ciloni, após debate com o grupo, entendeu que quanto ao relatório do Ministério
191 Público, não lhe cabia outra função a não ser divulgar o resultado da análise do Ministério
192 Público. O Presidente do CODEFAT agradeceu a apresentação passou ao próximo Item de

193 Pauta. **ITEM 4. Apresentação pelo Departamento de Qualificação – DEQ, tema:**
194 **Cronograma de discussão para atualização das Resoluções do CODEFAT nº 333/2003 que**
195 **institui o Plano Nacional de Qualificação – PNQ e estabelece critérios, e nº 408/2004 que**
196 **institui os Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs.** O Diretor de Qualificação, Sr.
197 Antônio Almerico Biondi Lima, informou sobre a revisão da Resolução nº 333/2003 e nº
198 408/2004, que continha a maior parte da regulação da política de qualificação do Ministério.
199 Propôs que seguissem cronograma semelhante ao desenvolvido em dois mil e três, a fim de obter
200 a nova Resolução em outubro do corrente ano, possibilitando aos estados, municípios e outras
201 entidades se adaptar à nova realidade para o exercício de dois mil e oito. Sugeriu um Seminário
202 como o de dois mil e três, tripartite, para discussão da minuta consolidada, que seguiria a
203 apresentação da segunda minuta de resolução à Casa Civil, Ministério do Planejamento e à CGU.
204 Por último, duas reuniões do GAP, que consolidariam todo o processo e apresentariam proposta
205 de Resolução ao Conselho na data proposta. Sugeriu, também, que não ultrapassassem o mês de
206 outubro. O Vice-Presidente questionou o prazo para solicitação e recebimento das sugestões de
207 mudança, pois considerou curto. Propôs, ainda, que repensasse o cronograma a fim de aumentar
208 o período de discussão com os envolvidos. Indagou o papel da Casa Civil e do Ministério do
209 Planejamento na avaliação da segunda minuta de resolução e questionou o que seria o Fórum
210 Mais Trezentos. O Presidente do CODEFAT sugeriu que diminuíssem o período de
211 consolidação, que seria de quase um mês e, em seguida, o Diretor do DEQ esclareceu que seria
212 interessante ouvir as sugestões do Ministério do Planejamento para que pudesse adequar a matriz
213 lógica, esclarecendo que o Fórum Mais trezentos era uma organização dos Secretários
214 Municipais do Trabalho de municípios com mais de trezentos habitantes. O Conselheiro da CNC
215 mostrou-se preocupado em relação aos prazos, que também iriam depender de outros órgãos. O
216 Presidente do CODEFAT sugeriu que alterassem para “comunicação da 2ª minuta à Casa Civil”,
217 já que o termo “Avaliação” sugeria uma submissão e que a minuta não poderia ser liberada sem
218 ser submetida à legislação do Ministério do Planejamento e da Casa Civil, tendo o Conselheiro
219 da CNC sugerido dar conhecimento depois de aprovado pelo CODEFAT. A Presidente do
220 FONSET questionou qual o novo prazo para os estados e municípios se manifestarem. O
221 Presidente do CODEFAT respondeu que seria até o dia três do mês de agosto e em seguida
222 confirmou o acatamento das sugestões pelos Conselheiros presentes. Prosseguindo, passou ao
223 próximo item da pauta. Solicitou a Coordenação-Geral de Emprego e Renda – CGER, que
224 iniciasse a apresentação. **ITEM 5. Apresentação pela Coordenação-Geral de Emprego e**
225 **Renda – CGER, temas: 5.1 – Desempenho dos Serviços no âmbito do Sistema Público de**
226 **Emprego, Trabalho e Renda – SPETR (Habilitação ao Seguro-Desemprego e**
227 **Intermediação de Mão-de-Obra); 5.2 – Expansão das Ações do SPETR por meio de**

228 **convênios com municípios; e, 5.3 – Boletim Informativo dos Programas de Geração de**
229 **Emprego e Renda.** O Coordenador-Geral Substituto da CGER, Sr. Danilo Limoeiro, saudou a
230 todos e em seguida iniciou uma apresentação descritiva dos números das ações de intermediação
231 de mão-de-obra do Ministério. Ressaltou a disparidade entre as regiões, com crescimento
232 considerável na região nordeste e queda na região sudeste. Informou o total de recursos
233 conveniados pelo sistema desagregado, ressaltando que a informação referia-se desde o início de
234 uma série histórica, por região geográfica, além das informações sobre as migrações dos postos
235 que eram geridos por centrais sindicais, e que passaram a ser geridos pelas prefeituras. O
236 Conselheiro do SDS ressaltou a importância de ser avaliada a questão da queda das colocações
237 do SINE. O Vice-Presidente do CODEFAT concluiu que o SINE não cresceu, apesar da criação
238 de mais trezentos novos postos, e que houve uma queda na captação de vagas e na colocação de
239 trabalhadores, solicitando informações sobre o resultado com o trabalho das prefeituras. O Sr.
240 Gleide Costa, da Coordenação do Sistema Nacional de Empregos, fez uma análise aprofundada
241 dos postos do SINE, que atendia o trabalhador nas ações do Seguro-Desemprego, Intermediação
242 e Qualificação Profissional, destacando a importância da reinserção do trabalhador no mercado
243 de trabalho. Em relação aos municípios, ressaltou que aqueles municípios que herdaram a
244 estrutura de atendimento da gestão das centrais sindicais, como era o caso da região de São
245 Paulo, Santo André, Diadema, Osasco, Guarulhos e o próprio município de São Paulo,
246 conseguiam ter um desempenho superior aos novos municípios conveniados. O que poderia ser
247 explicado, por parte, devido à continuidade da execução das ações da equipe anterior.
248 Percebendo-se, também, que o município a partir do momento que adquiria o conhecimento
249 específico da execução, começava a afastar a equipe anterior, fazendo com que ocorresse uma
250 queda em sua produtividade. Ressaltou que os estados precisavam continuar a evoluir na
251 abertura de novas unidades de atendimento e com isso atender ao trabalhador de seguro-
252 desemprego, tentando reempregá-lo. Enfatizou a necessidade de recursos maiores para que
253 pudessem modernizar o Sistema. Diante do exposto, o Vice-Presidente propôs que
254 encomendassem uma avaliação no modelo do SINE e a reformulação da Resolução 466, que
255 disciplinava o Sistema. O Presidente do CODEFAT ressaltou que o maior desafio do Conselho
256 era fazer com que os recursos dos trabalhadores atingissem a sua finalidade. A Presidente do
257 FONSET sugeriu uma triagem através de profissionais de recursos humanos dentro das Agências
258 do Trabalhador e enfatizou que a escolha das plataformas da ferramenta de informática era
259 essencial para um salto na qualidade da intermediação de mão-de-obra. O Vice-Presidente,
260 considerando o adiantado da hora, sugeriu que adiassem as próximas apresentações para
261 discussão imediata do orçamento, solicitando, ainda, um período de vinte minutos para a leitura
262 da proposta orçamentária, tendo em vista as possíveis mudanças. O Presidente do CODEFAT

263 solicitou que ouvissem as considerações do Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo
264 Torelly. O Secretário-Executivo fez um breve histórico sobre o Programa do Seguro-
265 Desemprego, ressaltando que atualmente o Sistema só atendia a quarenta por cento dos
266 trabalhadores e que mais da metade de público apenas recebia o benefício sem que houvesse uma
267 tentativa de recolocação. Informou que o novo Sistema, previsto no termo de Ajuste de Conduta
268 com o Ministério Público, já previa, inclusive, que os trabalhadores que dessem entrada para
269 receber o benefício nas agências da CAIXA ou nas DRT, a informação já seria disponibilizada
270 para o SINE, para que sofressem as ações de emprego. Concluiu, observando que a maior
271 dificuldade era o fato do Sistema ainda não estar disponível via web, contudo a equipe já estava
272 trabalhando nesse sentido, objetivando um sistema moderno, com facilidades de acesso e
273 segurança. O Coordenador-Geral Substituto da CGER, esclarecendo que os três últimos slides
274 apresentados tratavam do Item 5.2, sugeriu que a apresentação do Item 5.3 - Boletim Informativo
275 dos Programas de Geração de Emprego e Renda fosse apresentado na próxima reunião, visto ser
276 um assunto extenso. O Presidente passou, então, as demais apresentações, Itens 5.3 e o Item 6,
277 para uma próxima reunião. Após uma pausa de quinze minutos, o Presidente reiniciou a Reunião,
278 passando para os **III – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO. ITEM 7. Aprovação da Ata da**
279 **91ª Reunião Ordinária e 46ª Extraordinária, realizadas em 11 de maio e 06 de junho de**
280 **2007, respectivamente.** O Presidente, após constatar que todos os Conselheiros concordavam,
281 declarou aprovada as Atas da 91ª Reunião Ordinária e 46ª Extraordinária, realizada em 11 de
282 maio e 06 de junho de 2007. **ITEM 8. Aprovação dos Termos de Alocação de Depósitos**
283 **Especiais – TADE e Termos Aditivos – TA, realizados no período de maio a junho de 2007.**
284 O Coordenador-Geral Substituto da CGER apresentou para deliberação do Conselho a aprovação
285 de dois TADE de transição do Banco da Amazônia, do PRONAF investimento, e outro TADE
286 transição do Banco do Nordeste, do PROTRABALHO. Sobre os Termos Aditivos, informou
287 constarem para deliberação o valor total de R\$ 4,14 bilhões. O Presidente complementou,
288 observando que eram depósitos autorizados pela PDE e, colocou o Item em deliberação, em não
289 havendo manifestações contrárias, declarou aprovado o Item 8. **ITEM 9. Proposta**
290 **Orçamentária do FAT – Exercício 2008.** O Subsecretário de Planejamento, Orçamento e
291 Administração – SPOA, Sr. Cláudio da Silva Lima, forneceu algumas informações preliminares
292 sobre o orçamento público. Explicou as etapas do orçamento, que se dividiam em preliminar,
293 inicial, intermediária e final, ressaltando que o trabalho estava voltado para a etapa intermediária.
294 Apresentou os diversos itens da pré-proposta, os objetivos, as receitas orçamentárias e despesas
295 globais. Explicou, ainda, que o GAP solicitou que toda a despesa fosse detalhada, o que estava
296 em fase de elaboração. O Conselheiro Titular Representante do MPS, Sr. Helmut Schwarzer,
297 observando que dentro do Plano Nacional de Qualificação havia um aumento significativo de

298 recursos, indagou se haveria condições de executar todo o previsto. O Diretor do DEQ explicou
299 que o esforço de ampliar os recursos da qualificação passava pela qualificação da demanda, pela
300 consistência da política pública e pela capacidade de gestão dos recursos, para que não houvesse
301 desperdício nem perda de eficiência ou efetividade, complementando que era esperado que no
302 governo do Presidente Lula, o setor deslanchasse em relação a isso. O Vice-Presidente indagou o
303 motivo da ação “controle, monitoramento e avaliação das aplicações do FAT”, item 8617 ter
304 passado de três para quatro milhões de reais. O Presidente do CODEFAT solicitou ao
305 Coordenador-Geral de Recursos do FAT - CGFAT, Sr. Manoel Eugênio de Oliveira, que
306 esclarecesse a questão. Este esclareceu que era uma ação de supervisão dos depósitos especiais
307 das aplicações financeiras, quanto à contratação de operações, ou seja, a execução física dos
308 programas, que estava a cargo da CGER do Departamento de Emprego e Salário. O
309 Coordenador-Geral Substituto da CGER explicou que, como a última avaliação do sistema foi
310 em mil novecentos e noventa e oito, o recurso era destinado para avaliações *in loco*, além das
311 implementações novas no Sistema SAEP. Ressaltou que a quantia de quatro milhões era
312 suficiente para avaliar nove estados, voltada à avaliação do PROGER - Urbano, sendo que a
313 avaliação da área rural exigiria uma elevação do custo. O Vice-Presidente, após breve debate
314 sobre a necessidade e a importância de se avaliar o resultado das aplicações dos recursos do
315 FAT, sugeriu que aprovassem o valor de dez milhões para essa Ação. Continuando, questionou o
316 motivo do aumento da remuneração dos agentes pagadores do abono e do seguro-desemprego. O
317 Secretário-Executivo do CODEFAT esclareceu que o número de dois mil e sete estava
318 subestimado. O Vice-Presidente indagou sobre a Ação 4741 – SIGAE, que aumentou de
319 dezenove para quarenta e nove milhões, ao que o Sr. Márcio Borges, da CGSAP, ratificou o
320 valor para vinte e quatro milhões e novecentos e dezessete mil. Sobre o questionamento do
321 aumento da Ação 2553, foi informado pelo Coordenador de Identificação e Registro Profissional
322 do TEM, Sr. Francisco Gomes dos Santos, de que era destinado para a recuperação do estoque da
323 carteira informatizada, que deixou de existir nos últimos quatro anos, além do pré-projeto do
324 cartão eletrônico. O Vice-Presidente indagou em que consistia o apoio à implementação de
325 políticas na área de trabalho e o Presidente do CODEFAT sugeriu que passassem para o item
326 seguinte, enquanto o responsável pela Ação era chamado para maiores esclarecimentos. Sobre o
327 SINE, o Vice-Presidente, diante da justificativa de que não seria possível a entrega da planilha
328 detalhada, solicitou que fosse feita a leitura do detalhamento das ações, para que ficasse
329 registrado em ata. O Sr. Gleide Santos Costa, da Coordenação do SINE, fez a leitura relativa ao
330 SINE, com o seguinte teor: “*nós propomos para os Estados conveniados R\$ 128 milhões, o que
331 representa uma variação de 100%. Propomos aos Municípios antigos já conveniados R\$ 41
332 milhões, variação também de 100%. Para novos municípios, propomos aumento de R\$ 5.900*”

333 para R\$ 54 milhões, o que dá uma variação de 800%. E propomos, em cima da fala do Danilo,
334 que foi feita agora, anterior ao lance, que se estude a possibilidade de inclusão de novos
335 parceiros conveniados, exatamente como forma de oxigenar, e renovar as ações para que a
336 gente possa incorporar às políticas públicas de emprego com relação à intermediação da mão
337 de obra. Então, com relação a esses novos conveniados, que não tiveram convênio no ano
338 passado, pedimos para a intermediação R\$ 60 milhões. Temos que considerar também o
339 seguinte: esse convênio que nós falamos aqui, nessa parte do orçamento, que trata da
340 manutenção da rede de atendimento, então nós temos a intermediação e o seguro-desemprego,
341 na hora de executar a despesa lá na ponta do posto, o dinheiro não é carimbado, ele está todo
342 junto, então o orçamento é um só, no caso da execução financeira. Dessa forma nós teríamos
343 para novos conveniados, R\$ 80 milhões e para aqueles conveniados no ano passado o aumento
344 de R\$ 122 milhões para R\$ 384 milhões. A justificativa seria exatamente a que foi feita de
345 manha, basicamente... Vou ler rapidinho também. O recurso solicitado tem como base o valor
346 conveniado com os 26 Estados e DF, 32 municípios no ano de 2007, considerando o valor
347 conveniado com Estados e municípios 2007, foram adicionados 100% como forma de
348 reestruturar a rede e garantir a expansão. A reestruturação é absolutamente necessária,
349 considerando os seguintes aspectos: a desconcentração do mercado de trabalho, que hoje não
350 se limita apenas aos centros urbanos de maior movimento, exhibe claramente a necessidade de
351 atendimento a centros com vocação agrícola, que inclusive auxiliaria no reconhecimento do
352 trabalhador rural, reduzindo as influências típicas dessa relação de trabalho, a necessidade de
353 expansão da rede para os municípios localizados no interior, pela necessidade de modernização
354 do modelo operacional, inclusive a necessidade de recursos para orientação profissional. E, no
355 que se refere aos recursos dos municípios, o valor adicional sugere a celebração de novos
356 convênios a serem firmados com os 47 municípios com população acima de 300 mil habitantes,
357 conforme Resolução 466, e que não foram conveniados ainda.” Sobre a PED, esclareceu “nós
358 tivemos uma variação de 7 milhões para 20 milhões, porque? A PED hoje é feita apenas em 7
359 regiões metropolitanas, existe uma demanda de PED acima do normal, a região Norte está
360 pouco contemplada, mas a PED para poder atender minimamente e ter uma representatividade
361 maior, teria que chegar pelo menos aos R\$ 20 milhões, mesmo porque registra-se que grande
362 parte da pesquisa emprego-desemprego é bancada com recursos do Estado, o que submete
363 sempre isso aqui a momentos de muita emoção porque eventuais momentos que o estado não
364 possa comparecer, arrisca-se uma perda de uma série histórica.” O Vice-Presidente
365 desculpando-se, esclareceu que, após a reunião do GAP, ficaram até tarde trabalhando nessa
366 questão. Registrou que se o orçamento fosse aprovado, seria a primeira tentativa de dar uma
367 dignidade ao Sistema Nacional de Emprego e a pedido do Conselheiro da SDS, questionou o

368 aumento de duzentos mil para oito milhões na Coordenação e Manutenção do FAT, tendo sido
369 esclarecido que era a questão do desenvolvimento do SIGFAT. O Vice-Presidente questionou,
370 ainda, o motivo de serem destinados às Instituições Privadas sem Fins Lucrativos a quantia de
371 quinhentos e vinte milhões. O Diretor do DEQ esclareceu que a execução do Plano Setorial de
372 Qualificação seria executado pelas entidades, que recebiam o recurso dessa rubrica. O
373 Conselheiro da CNC sugeriu que discriminassem o histórico das instituições que participaram, já
374 que não considerava o Sistema S como responsável pelo aumento significativo. O Vice-
375 Presidente interferiu, explicando que do quase um bilhão da Qualificação Profissional, a metade
376 estava sendo destinada em uma rubrica que possuía o nome inadequado, e que se referiam aos
377 PlanSeQs. A Presidente do FONSET solicitou que os Conselhos Estaduais e Municipais
378 participassem da aprovação das resoluções e sugeriu que algumas rubricas tivessem adequação
379 melhor na nomenclatura. Sugeriu também que os recursos fossem melhor distribuídos entre
380 estados e municípios. O Diretor do DEQ esclareceu que como se estava passando de um PPA
381 para outro, aconteciam mudanças, inclusive na nomenclatura. Registrou a importância de que o
382 Ministério atualizasse o Estado e o Fórum regularmente. O Conselheiro da CNI, Sr. Lourival
383 Dantas, ponderando sobre a necessidade de se detalhar, com a maior lisura possível, o
384 orçamento, solicitou que marcassem uma reunião extraordinária para tratar somente do
385 orçamento e da eleição do novo presidente. O Presidente do CODEFAT, após consultar sobre a
386 previsão dos limites da Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, no que foi informado que por
387 lei o orçamento precisaria ser encaminhado ao Congresso Nacional até trinta e um de agosto,
388 convocou a todos para uma reunião extraordinária, no dia dezoito de julho do corrente ano,
389 objetivando dar continuidade a discussão da Proposta Orçamentária do FAT, exercício 2008. O
390 Vice-Presidente sugeriu que destinassem de quatro a seis por cento do valor do orçamento e
391 usassem para contratação de agências que elaborassem campanhas de interesse público. O
392 Presidente do CODEFAT informou a todos os presentes que não receberam o abono salarial o
393 total de seiscentos e quatro mil trabalhadores, sobrando duzentos e vinte e nove milhões. O
394 Conselheiro do CNA, Sr. Rodolfo Tavares propôs que destacassem uma rubrica especialmente
395 para os estados da área de fronteira agrícola, como o Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins,
396 Pará, Maranhão e Piauí, com o valor de cem milhões, para que desenvolvessem programas de
397 educação, relações no trabalho, saúde e segurança no trabalho, especialmente na área rural,
398 dedicando-se à área agrícola. O Presidente do CODEFAT informou que solicitaria à equipe
399 técnica que estudasse a possibilidade. Na sequência passou ao **ITEM 10. Proposta de**
400 **Resolução que altera a de nº 435, de 02 de junho de 2005, que institui a linha de crédito**
401 **especial FAT – Inclusão Digital para financiamento da aquisição de microcomputador no**
402 **âmbito do Programa Brasileiro de Inclusão Digital.** O Coordenador-Geral Substituto da

403 CGER esclareceu que a proposta objetivava a inclusão do financiamento de notebooks no âmbito
404 do Programa Brasileiro de Inclusão Digital, propondo a redução do juro final ao tomador,
405 mantendo, o spread cobrado pelo agente financeiro. O Presidente fez a leitura da Proposta de
406 Resolução que alterava a Resolução nº 435/2005, que ficou com o seguinte texto: “*teto*
407 *financiável: a) até mil e duzentos por pessoa física, podendo haver acréscimo do valor relativo à*
408 *TAC para aquisição de computadores de mesa, desktops; b) até mil e oitocentos reais por*
409 *pessoa física, podendo haver acréscimo do valor relativo à TAC para aquisição de*
410 *computadores portáteis, notebooks; encargos financeiros: taxa pré-fixada de até 1, 75 % ao*
411 *mês, vedada a cobrança de outros encargos ou taxas adicionais de qualquer outra natureza,*
412 *com exceção da TAC.” O Presidente colocou o Item em deliberação, em não havendo
413 manifestações contrárias, considerou a Proposta de Resolução aprovada, passando para o
414 próximo item. **ITEM 11. Proposta de Resolução que estabelece formas de envio de**
415 **informações para os programas financiados com recursos do FAT, alocados em depósitos**
416 **especiais remunerados nas instituições financeiras.** O Coordenador-Geral Substituto da
417 CGER apresentou o Item, informando que a Proposta objetivava a padronização dos documentos
418 enviados para pelos agentes financeiros, de forma consolidar as Resoluções nº 90/95, 159/98,
419 343/2003 e 433/2005 para uma só resolução e ressaltou que a formatação desses relatórios seria
420 delegada à Secretaria Executiva do CODEFAT. Acrescentou que quanto à definição do formato
421 de qualquer informação nova para esses relatórios, seria dado prazo para as instituições
422 financeiras se adaptarem e terem condições de captar esse dado novo, acrescentando que seria
423 competência da Coordenação-Geral de Emprego e Renda, a definição do formato e do prazo para
424 que os agentes financeiros tivessem capacidade de se adaptar as novas exigências. O Presidente
425 submeteu à aprovação o Item 11, não havendo manifestações contrárias, considerou a Proposta
426 de Resolução aprovada. **ITEM 12. Proposta de Resolução que institui linha de Crédito**
427 **Especial FAT-TURISMO SENIOR.** O Coordenador-Geral Substituto da CGFAT, Sr. Paulo
428 César Bezerra de Souza, iniciou a apresentação, citando que as estimativas constatavam que a
429 integração do idoso no turismo dinamizaria a economia, ocupando regiões na sazonalidade.
430 Esclareceu que a proposta da instituição da linha de crédito para financiar pacotes turísticos era
431 no âmbito do Programa Viaje Mais Brasil. Colocou as alterações sugeridas pelo GAP, sendo a
432 primeira, em relação ao público-alvo, com a retirada do fator renda mensal de até oito salários
433 mínimos. A segunda sugestão foi a de que o teto financiável fosse elevado para três mil reais por
434 pessoa física. E a terceira sugestão era a de que o prazo de financiamento tivesse carência
435 elevada para cento e oitenta dias, lembrando que a proposta inicial era até cinquenta e quatro
436 dias. O Presidente registrou a satisfação da presença da Ministra do Turismo, na parte da manhã,
437 que explicou um pouco do Programa e colocou o Item em deliberação, em não havendo*

438 manifestações contrárias, considerou a Proposta de Resolução aprovada. Em seguida, agradeceu
439 a presença do Diretor de Financiamento e Promoção de Investimento do Ministério do Turismo,
440 Sr. Frederico da Costa, passando ao próximo tema. **ITEM 13. Proposta de Resolução que**
441 **altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT – PDE para o**
442 **exercício de 2007, de que trata a Resolução nº 537, de 11 de maio de 2007.** O Coordenador-
443 Geral Substituto da CGFAT informou tratar-se de remanejamento de cinquenta milhões do FAT
444 Fomentar média e grande empresa para linha de crédito FAT TURISMO SÊNIOR. Informou que
445 esses cinquenta milhões representarão 0,6 % da PDE de R\$ 8 milhões aprovada este ano e que o
446 remanejamento do FAT Fomentar representará 2,5% do valor aprovado na PDE. O Presidente
447 colocou o Item em deliberação, em não havendo manifestações contrárias, declarou aprovada a
448 Proposta de Resolução. **ITEM 14. Proposta de Resolução que altera a de nº 493, de 15 de**
449 **maio de 2006, que instituiu a linha de crédito especial FAT – Giro Setorial.** O Coordenador-
450 Geral Substituto da CGFAT explicou que a Proposta de Resolução tinha como objetivo a
451 inclusão de prestadores de serviços turísticos como beneficiário da linha de crédito especial FAT
452 - Giro Setorial. A justificativa seria atender à necessidade de capital de curto prazo a custos
453 menos onerosos compatíveis com a rentabilidade das empresas. Verificou aspectos em relação à
454 atividade turística que, em 2006, teve redução do número de visitas de turistas estrangeiros no
455 Brasil, o que impactava diretamente nos fluxos, nas estimativas de trato de recursos das
456 operadoras, hotéis e todas as empresas que atuavam na atividade do turismo. Esclareceu que a
457 Proposta se resumia em alterar o *caput* do artigo primeiro e o inciso primeiro do artigo terceiro
458 da Resolução nº 493/2006, incluindo os prestadores de serviços turísticos cadastrados no MTUR
459 como beneficiários da linha de crédito especial FAT - Giro Setorial. O Presidente colocou o Item
460 em deliberação, em não havendo manifestações contrárias, declarou aprovada a Proposta de
461 Resolução. Na seqüência, passou aos assuntos de informe. **IV – INFORME. ITEM 15. Visita**
462 **do Presidente e Conselheiros do CODEFAT ao empreendimento Vila PAN-AMERICANA,**
463 **financiado com recursos do FAT, pela Caixa Econômica Federal.** O Presidente do
464 CODEFAT registrou que compareceram à VILA PAN-AMERICANA, além dele, os
465 Conselheiros Emediato, Francisco Braga e Lourival Dantas. Observou que o fato da Empresa e
466 da CAIXA não ter lembrado de dar publicidade aos recursos do FAT foi destacado com muita
467 ênfase, contudo, considerou que o empreendimento cumpriu seu papel graças aos recursos
468 alocados pelo Fundo. O Vice-Presidente interveio para sugerir que, mais que uma referência no
469 convênio, se elaborasse uma Resolução disciplinando essa questão. O Conselheiro da SDS
470 enfatizou a importância de que se estabeleçam critérios para a presença da logomarca do FAT,
471 ao que o Presidente do CODEFAT lembrou que já era estabelecido, precisando apenas de
472 sanções. **ITEM 16. Visita a dois empreendimentos de construção PCH, financiados com**

473 **recursos do FAT, no âmbito da Linha de Crédito FAT Infra-Estrutura Econômica, pela**
474 **Caixa Econômica Federal.** O Coordenador-Geral Substituto da CGER informou sobre a visita à
475 três pequenas Centrais Hidrelétricas na cidade de Dianópolis, interior de Tocantins. Enfatizou
476 que o ponto principal foi a localização, onde muito provável, nenhuma linha de distribuição de
477 grande porte conseguiria chegar devido à escala do lugar. Do ponto de vista de desenvolvimento
478 regional, inclusão de regiões geralmente excluídas de política de governo, considerou o
479 empreendimento bastante meritório com impacto positivo bastante considerável. Concluiu,
480 apresentando fotos da visita ao empreendimento. **ITEM 17. Resultados do pagamento do**
481 **Abono Salarial – Calendário 2006/2007.** O Sr. Márcio Ubiratan Britto Jardim, técnico da
482 CGSAP, fez uma breve retrospectiva do final do calendário de pagamento do exercício
483 2006/2007. Relatou que identificaram no exercício de 2006/2007, em cima da demanda de 2005,
484 11.749 milhões, setecentos e quarenta e nove mil trabalhadores. Informou que mais onze
485 milhões, cento e quarenta e cinco mil receberam o benefício, o que ocasionou transferência de
486 recursos do FAT para os trabalhadores da ordem de R\$ 3,8 bilhões de reais. Registrou que
487 também foi nesse exercício a maior cobertura do abono-salarial desde a sua criação. Ou seja,
488 94,86 %, dos quais 5,14 % não receberam. O Presidente agradeceu e passou ao **ITEM 18.**
489 **Proposta do Calendário de Reuniões para o 2º Semestre de 2007:** O Presidente do
490 CODEFAT informou sobre alteração, acrescentando uma extraordinária no dia dezoito de julho.
491 Confirmou reunião dia dois de agosto, para a eleição; e as reuniões nos dias vinte e seis de
492 setembro e vinte e oito de novembro. Sugeriu retirar a reunião extraordinária de dezoito de
493 dezembro ou transformá-la em ordinária. O Secretário Executivo do CODEFAT sugeriu fundir a
494 reunião prevista para eleição do Presidente com a extraordinária que aconteceria na próxima
495 semana. O Presidente do CODEFAT ponderou a necessidade de que o assunto estivesse
496 suficientemente articulado pela bancada e citou o Seminário das Comissões de Emprego,
497 mantido nos dias dezessete e dezoito de outubro, registrando a importância na realização do
498 Seminário com as Comissões. O Presidente questionou se havia consenso na aprovação do
499 Calendário, em não havendo manifestações contrárias, considerou o tem aprovado. **ITEM 19.**
500 **Entrega dos seguintes documentos: Relatório de Informações Financeiras do FAT; e,**
501 **Relatório da Execução da PDE – RELPDE. ENCERRAMENTO:** O Conselheiro do CNC
502 ressaltou que aguardava desde o mês de dezembro relação de setores beneficiados pelo FAT,
503 especialmente do setor de couros e calçados, pois desejava saber quais as empresas desses
504 setores haviam recebido recursos do FAT, em que condições receberam e como foi utilizado.
505 Registrou, ainda, protesto contra a nomenclatura usada no Item 10 dos assuntos para deliberação:
506 “notebook” e “desktop”. O Presidente agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião. E, para
507 constar, eu, Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata

508 que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado
509 e por mim.

EZEQUIEL NASCIMENTO
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante do MTE

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO
Vice-Presidente do CODEFAT
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

HELMUT SCHWARZER
Conselheiro Titular Representante do MPS

RÉGIS NORBERTO DA CUNHA ALIMANDRO
Conselheiro Titular Representante do MAPA

FLÁVIO DE QUEIROZ SALEK
Conselheiro Suplente Representante do BNDES

LOURIVAL DANTAS
Conselheiro Titular Representante da CNI

ALENCAR NAUL ROSSI
Conselheiro Titular Representante da CNF

RODOLFO TAVARES
Conselheiro Titular Representante da CNA

ROBERTO NOGUEIRA
Conselheiro Suplente Representante da CNC

FRANCISCO BRAGA DE SOUZA
Conselheiro Titular Representante do SDS